



Eixo 1 – Não deixar ninguém para trás

## Acessibilidade em bibliotecas escolares: análise de conteúdo de estudos brasileiros

*Accessibility in school libraries: content analysis of Brazilian studies*

**Gabriela Rosa** – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) –  
gabrielarosa0604@gmail.com

**Eliane Fioravante** – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) –  
nanefiora@gmail.com

**Resumo:** Analisa a produção científica brasileira (2015–2025) sobre acessibilidade em bibliotecas escolares, recuperada na Brapci, Portal Capes e BDTD e examinada por meio da Análise de Conteúdo de Bardin. Os resultados revelam escassez de estudos, com predominância de pesquisas de caso em instituições federais, voltadas principalmente à deficiência visual ou sem especificação do público-alvo, enfatizando recursos técnicos. Conclui-se que a promoção da acessibilidade exige, além de investimentos em recursos, capacitação e formação continuada de bibliotecários, sustentadas por respaldo legal e políticas públicas que assegurem esse direito..

**Palavras-chave:** Biblioteca Escolar. Pessoas com deficiência. Pesquisa bibliográfica. Análise de conteúdo.

**Abstract:** This study analyzes Brazilian scientific publications (2015–2025) on accessibility in school libraries, retrieved from Brapci, the CAPES Portal, and the BDTD, using Bardin's Content Analysis. The findings reveal limited scientific production, with a predominance of case studies conducted in federal institutions, mainly focusing on visual impairment or without specifying disability type, emphasizing technical accessibility resources. The study concludes that promoting accessibility requires not only financial and technical resources but also continuous education and professional training for librarians, supported by legal frameworks and public policies to ensure this fundamental right.

**Keywords:** School library. People with disabilities. Bibliographic research. Content analysis.



## 1 INTRODUÇÃO

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstraram que há cerca de 14,4 milhões de pessoas com deficiência no Brasil (Brasil, 2025). Essa parcela da população tem como suporte para a garantia dos seus direitos a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência. A LBI considera pessoa com deficiência indivíduos com impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, em virtude desses impedimentos, podem sofrer obstrução à sua participação plena e efetiva na sociedade em condição de igualdade aos demais (Brasil, 2015). Uma das formas de buscar a garantia dos direitos das pessoas com deficiência é através da acessibilidade, definida na LBI como a possibilidade e condição de alcance para utilização segura e autônoma de espaços, mobiliários, equipamentos, edificações, transportes, informações e comunicação (Brasil, 2015, p. 8).

Bibliotecas escolares, além de reconhecidas por lei como condição mínima de infraestrutura nas escolas públicas e privadas (Brasil, 2026), são instituições que precisam estar capacitadas para contribuir com a inclusão social nesses espaços (Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias, 2015). Conforme o Manifesto IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar, essa biblioteca é um equipamento cultural capaz de promover a liberdade intelectual e o acesso à informação como pontos fundamentais para a formação de cidadania eficaz e responsável (Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias, 2025, p. 3). Em nível nacional, a Lei 14.837/2024 reconhece a biblioteca escolar como equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo que tem entre seus objetivos a democratização do acesso à informação, conhecimento e tecnologias (Brasil, 2024). Mas como é a acessibilidade nas bibliotecas das escolas brasileiras?

A presente pesquisa objetiva aprofundamento nas produções científicas brasileiras protagonizadas por bibliotecas escolares, publicadas a partir da instituição da LBI em 2015, que abordem o tema acessibilidade, reconhecendo e reforçando o papel desse tipo de biblioteca como ambiente de possibilidades de inclusão social para pessoas com deficiência e que fundamenta o acesso à educação e cidadania, identificando ações profissionais imbuídas em tal propósito.



## 2 METODOLOGIA DO ESTUDO

Trata-se de pesquisa exploratória e bibliográfica, com levantamento realizado na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), no Portal de Periódicos da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), em fevereiro de 2026. As razões das escolhas são, respectivamente, por dedicar-se à área da Ciência da Informação no Brasil; por oferecer acesso amplo e diverso às publicações periódicas; e por reunir produção acadêmica brasileira de Pós-Graduação.

Como estratégia de busca fez-se uso das palavras-chave “biblioteca escolar”, entre aspas, acessibilidade e deficiência, todas interligadas pelo operador booleano *AND* e, para truncagem, asterisco ao final da palavra deficiência para recuperar estudos com essa palavra no plural. Como filtro definiu-se a temporalidade 2015-2025, ou seja, a partir do ano da LBI, marco recente e relevante na garantia dos direitos das pessoas com deficiência. No Portal da Capes houve restrição ao uso da temporalidade estabelecida nesta pesquisa, pois a cobertura do sistema é 2017-2022.

Para o tratamento e análise dos dados adotou-se a análise de conteúdo, de Laurence Bardin (2004), aplicada em três etapas: a) pré-análise: para a seleção do material; b) exploração do material: para a codificação, atribuindo códigos aos trechos considerados relevantes conforme o objetivo do estudo, e a categorização (agrupamento dos códigos em categorias para identificar padrões); c) tratamento: para inferência e interpretação dos dados recuperados.

O tratamento foi iniciado com a leitura do resumo dos documentos recuperados, seguida da leitura dos textos na sua integralidade. Para a análise dos resumos, objetivou-se identificar duas características principais dos estudos: a) tipos de deficiência discutidos sobre acessibilidade em bibliotecas escolares; b) tipos de ação, ou seja, como a acessibilidade é abordada (se ação humana, tecnologia e/ou legislação). Já na análise dos textos, buscou-se observar pontos de convergência entre os estudos.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O resultado inicial das buscas nas bases reuniu 16 documentos. Após esta seleção os documentos foram organizados em uma planilha, onde cada um recebeu um código alfanumérico, conforme a ordem do resultado das buscas em cada base de dados. Adotou-se os códigos A1 até A10 para documentos recuperados na Brapci B1 e B2 para



os recuperados na BDTD; e os códigos C1, C2, C3 e C4 para os do Portal Capes. Documentos repetidos, indexados incorretamente (isto é, não relacionados à temática da pesquisa) e indisponíveis (ou seja, com o *link* de acesso quebrado) foram descartados. Concluída a etapa da pré-análise obteve-se um *corpus* de nove documentos (Tabela 1).

**Tabela 1** – Resultados da estratégia de busca na Brapci, BDTD e Portal Capes

Bases de Dados	Resultado inicial	Documentos excluídos	Resultado final
Brapci	10	3	7
BDTD	2	1	1
Portal Capes	4	3	1
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>7</b>	<b>9</b>

Fonte: Elaborada pelas autoras.

A Tabela 1 indica que dos nove documentos que compõem o *corpus* desta pesquisa, sete foram recuperados na Brapci (A1, A2, A3, A4, A5, A6 e A7), um na BDTD (B2) e um no Portal Capes (C2). O Quadro 1 apresenta as publicações selecionadas, organizadas em ordem cronológica crescente, por autoria/ano de publicação, título dos estudos e código alfanumérico designado durante a pré-análise.

**Quadro 1** – Estudos analisados, em ordem cronológica de publicação e seus códigos

Autoria e ano de publicação	Título dos estudos	Código
Antunes; Pimenta (2017)	Acessibilidade em biblioteca escolar na perspectiva das políticas públicas e diretrizes institucionais do IFRO	A2
Diniz; Tamashiro; Santos; Peres (2017)	Acessibilidade em biblioteca escolar: estudo de caso do Instituto Federal do Rio de Janeiro - Campus Paracambi - RJ	A5
Santos; Lopes (2018)	Architectural accessibility for students with physical deficiency in the school library	C2
Silva (2019)	Estratégias de acessibilidade às pessoas com deficiência nas bibliotecas escolares da Rede Estadual de Ensino na cidade de Juazeiro do Norte-CE	A1
Costa; Chalhub (2021)	O uso das tecnologias assistivas na mediação da informação em biblioteca escolar: acessibilidade para alunos com deficiência visual	A7
Costa (2022)	Mediação da informação para público com deficiência: em foco a biblioteca da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará	B2
Costa; Chalhub (2022)	Acessibilidade informacional em biblioteca escolar: em foco a biblioteca da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EAUFPA)	A4
Costa; Chalhub (2023)	Mediação na biblioteca da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EAUFPA): um estudo de acessibilidade	A6
Crispim; Pinho (2025)	Tecnologia assistiva no uso da mediação da informação com ênfase na Biblioteca Professor Roldão de Siqueira Fontes	A3

Fonte: Elaborado pelas autoras.



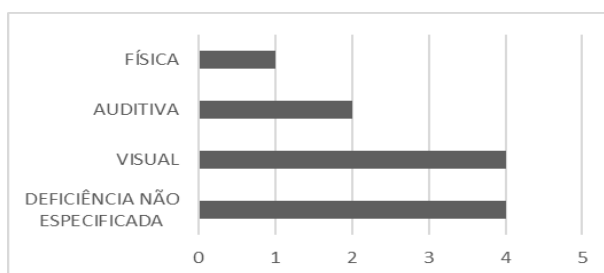
A seguir, apresenta-se a análise dos estudos em suas duas etapas.

### 3.1 Análise dos resumos dos documentos

Para a análise temática dos resumos, houve a divisão em duas categorias distintas: a) Tipo de deficiência, objetivando compreender que tipo de necessidade é abordada no estudo; e b) Tipo de ação, para compreender a forma como é feita ou proposta a abordagem à acessibilidade.

Na categoria Tipo de deficiência foram codificados quatro: **deficiência não especificada**, que se refere à pesquisas que não identificam um tipo específico de deficiência, mas fazem uso de termos gerais como “pessoas com deficiência” e/ou “alunos da educação especial”; **visual**; **auditiva** e **física**, relacionada à questões de mobilidade reduzida. Sendo possível a presença de mais de um tipo de deficiência por documento obteve-se o seguinte resultado: quatro documentos (44,4%) apresentam o código deficiência não especificada; quatro (44,4%) apresentam o código visual; dois (22,2%) apresentam o código auditiva e, por fim, um documento (11,1%) apresenta o código física. O Gráfico 1 ilustra a frequência com que esses códigos apareceram nos nove documentos.

**Gráfico 1** – Os códigos da categoria Tipos de deficiência e frequência nos resumos analisados



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Descrição: O Gráfico 1 é um gráfico de barras, de orientação horizontal. À esquerda dele, e no sentido vertical, encontram-se listados os quatro códigos da categoria Tipos de deficiência (Física, Auditiva, Visual e Deficiência não especificada) e respectivas barras (todas na cor cinza). Perpendicularmente, o gráfico apresenta linhas de orientação dos valores que vão de zero à cinco. A primeira linha representa o código Física (um documento); a segunda representa o código Auditiva (2 documentos); a terceira representa o código Visual (4 documentos); e a quarta representa o código Não especificada (4 documentos).

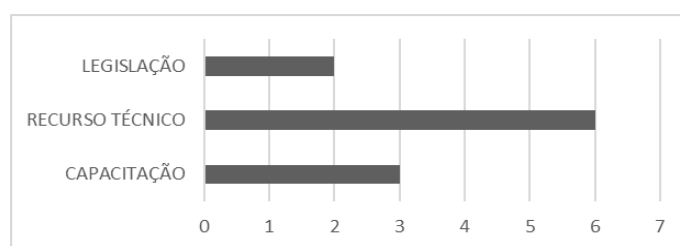
Nesta categoria, destaca-se a ausência de estudos que abordem necessidades relacionadas à deficiências intelectuais, múltiplas ou para estudos de neurodivergência.

Na categoria Tipo de ação, foram codificados três: **legislação**, relacionado à propostas de melhoria ou aplicação de leis, políticas ou diretrizes; **recurso técnico**,



referente à ações propostas ou analisadas que dizem respeito à ferramentas, produtos ou Tecnologias Assistivas; e **capacitação**, cujas propostas estavam alinhadas à acessibilidade atitudinal e capacitações de modo geral, designadas por esse termo ou similares, mantendo sempre o foco na ação e na conexão humana para acessibilidade. Também nesta categoria, observou-se documentos com mais de um código: dois documentos (22,2%) os códigos de recurso técnico e capacitação; seis (66,6%) apenas o código de recurso técnico; três (33,3%) o código de capacitação; e dois (22,2%) o código legislação. O Gráfico 2 ilustra a frequência desses códigos no *corpus* documental.

**Gráfico 2** – Os códigos da categoria Tipos de ação e frequência nos resumos analisados



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Descrição: O Gráfico 2 é um gráfico de barras, de orientação horizontal. A esquerda dele, e no sentido vertical, encontram-se listados os três códigos da categoria Tipos de ação (Legislação, Recurso técnico e Capacitação) e respectivas barras (todas na cor cinza), perpendicularmente, o gráfico apresenta linhas de orientação dos valores que vão de zero à sete. A primeira linha representa o código Legislação (dois documentos); a segunda representa o código Recurso técnico (seis documentos); e a terceira representa o código Capacitação (três documentos).

A maior presença do código recurso técnico demonstra a importância do acesso e disponibilidade de Tecnologias Assistivas, porém quer-se aqui destacar que capacitação e formação continuada, além dos apoios legislativos são fundamentais para que se possa garantir acessibilidade.

### 3.2 Análise dos documentos na sua integralidade

A análise do texto completo dos documentos partiu quando da organização e identificação dos tipos das fontes analisadas: um resumo expandido para evento (A4); um resumo de dissertação (A1), acessada posteriormente para a análise do texto integral); uma dissertação (B2) e seis artigos (A2, A3, A5, A6, A7, C2). Cabe destacar que o artigo A6 é um texto retrabalhado do resumo expandido A4. Quanto à autoria, destacam-se Ana Cristina de Almeida Costa e Tânia Chalhub, coautoras em três artigos, e novamente Ana Cristina de Almeida Costa com a sua dissertação orientada por Tânia

Chalhub. Destaca-se, ainda, que Costa e Chalhub (2021) não utilizaram a palavra “escolar” nos descritores selecionados na busca, mas apenas com o uso da palavra biblioteca aplicam um conhecimento mais amplo, com alcance no cenário da biblioteca escolar. Os anos com maior número de estudos, cada um com dois, foram 2017 e 2022. Em um dos estudos (A3), a biblioteca estudada é mista, escolar e universitária. O artigo C2 foi o único em língua estrangeira (inglês). Cinco dos nove estudos analisados abordam a mediação como ponto relevante na sua constituição. Três desses cinco estudos têm a mesma coautoria (Costa e Chalhub), e um outro, a dissertação de Costa, tem orientação de Chalhub.

Além da temática, outra característica comum em oito estudos, está no método empregado: estudo de caso. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 60) trata-se de procedimento técnico que permite o estudo de aspectos variados de certo grupo, com aprofundamento no mesmo. A maior concentração desses estudos (75%) é em instituições federais, a saber: os Institutos Federais dos estados de Rondônia e do Rio de Janeiro, a Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará e o Colégio Agrícola vinculado à Universidade Federal Rural de Pernambuco.

É interessante observar as fontes que subsidiam esses estudos no que concerne à orientações e legislações: a Lei Brasileira de Inclusão, em seis (A1, A2, A3, A5, A6 e A7); a Declaração de Salamanca<sup>1</sup>, em cinco (A1, A2, A4, A6 e B2); e a Constituição Federal de 1988 (A1, A2, A3 e B2) e a NBR 9050<sup>2</sup> (A1, A5, B2 e C2) citadas em quatro estudos. Nesses nove estudos observou-se que Santos e Lopes (2018) citam Diniz, Tamashiro, Santos e Peres (2017); Costa e Chalhub (2022; 2023) citam Costa e Chalhub (2021), enquanto Costa e Chalhub (2022) citam Antunes e Pimenta (2017) e Silva (2019). Pode-se inferir que há uma troca entre esses autores exatamente pela escassez de estudos com foco na biblioteca escolar na temática de acessibilidade.

---

<sup>1</sup> Documento da UNESCO que aborda princípios, políticas e práticas voltadas para as necessidades educativas especiais de estudantes com deficiência, original de 1994, publicada em 1998. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 8 abr. 2026.

<sup>2</sup> Normativa que dispõe sobre acessibilidade de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Disponível em: [https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/NBR9050\\_20.pdf](https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/NBR9050_20.pdf). Acesso em: 16 abr. 2026.



#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 10 anos de LBI, a observação dos estudos analisados revela escassez de produção científica brasileira sobre acessibilidade direcionada ao ambiente da biblioteca escolar. Pesquisas baseadas no método de estudo de caso possibilitam aprofundamento em situações específicas, mas a grande diversidade de realidades em um país de proporções continentais como o Brasil traz consigo a necessidade de mais pesquisas desse tipo, mas também de maior extensão. Estudos representativos da diversidade humana trarão um leque mais abrangente das realidades, do que visto no levantamento bibliográfico, nas diferentes esferas em que a biblioteca escolar se encontra (federal, estadual, municipal, privada), com suas próprias demandas e estratégias que precisam ser exploradas, conhecidas e compartilhadas.

Conforme observado nos estudos aqui analisados, a solução não estará apenas nos recursos monetários e técnicos, mas no conjunto de Tecnologias Assistivas à capacitação e formação continuada de bibliotecários, com embasamento legal e respaldo do Estado, para além da busca por inclusão, mas garantir os direitos de milhões de pessoas.

Espera-se que esta pesquisa possa elucidar possíveis vertentes para o desenvolvimento de novos estudos que coloquem a biblioteca escolar em destaque e possibilitem um protagonismo da diversidade humana na busca por acessibilidade. É preciso não deixar ninguém para trás, sejam pessoas com deficiência, sejam bibliotecários e outros profissionais que precisam se atualizar e trabalhar em colaboração para atender essa demanda envolvendo cidadania.

#### REFERÊNCIAS

ANTUNES, Cleuza Diogo; PIMENTA, Jussara Santos. Acessibilidade em biblioteca escolar na perspectiva das políticas públicas e diretrizes institucionais do IFRO. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**. Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 564-580, ago./nov., 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/77035>. Acesso em: 23 fev. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. rev. atual. Lisboa: Ed. 70, 2004.

BRASIL. **Lei nº 14.837, de 8 de abril de 2024**. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que “dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País”, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Brasília: Casa Civil, 2024. Disponível em:



[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2023-2026/2024/Lei/L14837.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2023-2026/2024/Lei/L14837.htm). Acesso em: 19 abr. 2026.

BRASIL. Lei 15.360, de 25 de março de 2026. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre condições mínimas das escolas públicas de educação básica. **Diário oficial da união**, seção 1, Brasília, DF, ano 164, n. 58, p.1, 26 mar. 2026. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=1&data=26/03/2026&totalArquivos=146>. Acesso em: 10 abr. 2026.

BRASIL. **Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência**: Lei nº 13.1146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência). Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. (Série Legislação, n. 200). Disponível em: [https://www.cnmp.mp.br/portal/images/lei\\_brasileira\\_inclusao\\_pessoa\\_deficiencia.pdf](https://www.cnmp.mp.br/portal/images/lei_brasileira_inclusao_pessoa_deficiencia.pdf). Acesso em: 10 abr. 2026.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **IBGE divulga censo sobre pessoas com deficiência no Brasil**. Brasília: MDHC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/maio/pela-primeira-vez-ibge-divulga-dados-sobre-pessoas-com-deficiencia-no-brasil>. Acesso em: 19 abr. 2026.

COSTA, Ana Cristina de Almeida. **Mediação da informação para público com deficiência**: em foco a biblioteca da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal do Pará. Belém, 2022. Disponível em: [https://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UFPA\\_a01b475c15f37831b0843e3027eb2301](https://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UFPA_a01b475c15f37831b0843e3027eb2301). Acesso em: 23 fev. 2026.

COSTA, Ana Cristina de Almeida; CHALHUB, Tania. Acessibilidade informacional em biblioteca escolar: em foco a biblioteca da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EAUFPA). *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 22. **Anais [...]**. Porto Alegre: 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/200983>. Acesso em: 23 fev. 2026.

COSTA, Ana Cristina de Almeida; CHALHUB, Tania. Mediação na biblioteca da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EAUFPA): um estudo de acessibilidade. **Informação em pauta**, Fortaleza, v. 8, n. esp., jul. 2023. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/226557>. Acesso em: 23 fev. 2026.

COSTA, Ana Cristina de Almeida; CHALHUB, Tania. O uso das tecnologias assistivas na mediação da informação em biblioteca escolar: acessibilidade para alunos com deficiência visual. **Bibl. Esc. em R.**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 2, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/161021>. Acesso em: 23 fev. 2026.

CRISPIM, Paulo Vitor dos Santos; PINHO, Fabio Assis. Tecnologia Assistiva no uso da mediação da informação com ênfase na Biblioteca Professor Roldão de Siqueira Fontes. **Acervo**, Rio de Janeiro, b. 38, n. 2, p. 1-14, maio/ago., 2025. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/358672>. Acesso em: 23 fev. 2026.



DINIZ, Cládice Nóbile; TAMASHIRO, Marcele do Nascimento Silva; SANTOS, Marcos Pastana; PERES, Valéria de Almeida. Acessibilidade em biblioteca escolar: estudo de caso do Instituto Federal do Rio de Janeiro - Campus Paracambi - RJ. **Inf. Pauta**, Fortaleza, CE, v. 2, número especial, out. 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/41317>. Acesso em: 23 fev. 2026.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS. **As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU**. Haia, 2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un2030-agenda-toolkit-pt.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2026.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS. **Manifesto da Biblioteca Escolar da IFLA-UNESCO**. 2025. Disponível em: <https://repository.ifla.org/rest/api/core/bitstreams/f4228eea-48aa-4d95-be1e-467cdc2948f4/content>. Acesso em: 10 abr. 2026.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, Marcos Pastana; LOPES, Jurema Rosa. Architectural accessibility for students with physical deficiency in the school library. **FIEP Bulletin**, v. 88, special edition, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=all&id=W2905314415>. Acesso em: 23 fev. 2026.

SILVA, Samara Matias da. **Estratégias de acessibilidade às pessoas com deficiência nas bibliotecas escolares da rede de ensino da cidade de Juazeiro do Norte/CE**. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia). Universidade Federal do Cariri. Juazeiro do Norte, 2019. Disponível em: <https://sites.ufca.edu.br/ppgb/wp-content/uploads/sites/20/2019/09/Disserta%C3%A7%C3%A3o-SAMARA-MATIAS-DA-SILVA.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2026.

